

Introdução

O pensamento social brasileiro tem discutido a relevância da educação como um elemento que permite impulsionar a produtividade, reduzir a desigualdade e fortalecer os laços sociais. A educação tem sido considerada uma condição para que a sociedade possa participar e usufruir dos benefícios da nova sociedade do conhecimento (Schwartzman, 2004).

O Brasil industrializou-se sem ter universalizado a educação básica, o que faz com que a educação básica de qualidade seja, ainda hoje, um de nossos maiores desafios. Sem uma educação de qualidade para todos, não poderemos mais nos desenvolver, nem atingir a integração social, e teremos também dificuldade para alcançar a consolidação da democracia. Esta será imprescindível para que possamos fazer crescer nossa economia qualitativamente e com alto conteúdo científico e tecnológico (Buarque, 2012a).

Parte importante do pensamento econômico contemporâneo tem abordado o tema da educação na perspectiva da Teoria do Capital Humano. Neste caso, a ênfase recai sobre o modo pelo qual a educação incrementa a produtividade e a eficiência dos trabalhadores, e como se reflete na redução da desigualdade de renda no mercado de trabalho. São de especial importância, e aqui serão analisados, os estudos feitos a partir dos anos 1950 pelos economistas Jacob Mincer, Theodore William Schultz e Gary Becker.

A difusão da Teoria do Capital Humano no Brasil contou com o trabalho pioneiro e inovador de Carlos Geraldo Langoni, *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil*, publicado em 1973, que procurava investigar a questão da distribuição de renda no Brasil utilizando conceitos daquela abordagem teórica. Nesta obra, Langoni concluiu que a variável “educação” era a que tinha a mais importante correlação para explicar a desigualdade de renda no mercado de trabalho.

No contexto dos anos de 1970 o trabalho de Langoni foi severamente criticado. Estávamos sob um regime de exceção e o livro de Langoni fora prefaciado por Delfim Netto, que ocupava na época o cargo de Ministro da Fazenda do Governo Médici. As conclusões a que Langoni chegara, sobre a desigualdade de renda no mercado de trabalho, eram acusadas de beneficiar

politicamente o regime autoritário, e de tirar o foco em relação à política salarial restritiva e a repressão aos sindicatos de trabalhadores.

Um conjunto de pesquisadores da realidade social brasileira, influenciados pelas ideias do Langoni e pela Teoria do Capital Humano, passou a ter ressonância, a partir dos anos 1990, no debate público sobre a formulação de políticas sociais condicionadas à frequência escolar. Nomes como José Márcio Camargo, Samuel Pessôa, Francisco Ferreira, Marcelo Neri e Ricardo Paes de Barros criaram um ambiente que permitiu que o livro escrito por Langoni - que havia enfrentado obstáculos por ocasião de sua publicação - influenciasse as políticas sociais de combate à pobreza e à desigualdade de renda em nosso país a partir dos anos 1990.

O objetivo desta investigação é analisar a relevância do trabalho de Carlos Langoni na difusão da Teoria do Capital Humano no Brasil, procurando compreender as resistências enfrentadas na época em que suas ideias foram apresentadas, e as contribuições de alguns de seus principais seguidores a partir dos anos 1990, período em que os governos adotaram, de forma crescente, programas de transferência de renda condicionados à frequência escolar.

Para a execução deste trabalho foi feito um amplo levantamento bibliográfico objetivando mobilizar os autores que trataram do tema da educação e da Teoria do Capital Humano no mundo contemporâneo e no pensamento social brasileiro. Foram realizadas entrevistas com roteiro previamente definido e levantamento bibliográfico específico, envolvendo economistas que apoiaram as ideias de Langoni e da Teoria do Capital Humano a partir dos anos de 1990. Finalmente, as estatísticas descritivas utilizadas neste trabalho tiveram como fonte os sítios do Banco Central do Brasil, IPEA e IBGE.

No primeiro capítulo abordarei, primeiramente, a visão de cientistas sociais contemporâneos relativamente à importância da educação no mundo atual e, em seguida, tratarei dos estudos dos fundadores da Teoria do Capital Humano. Apresentarei o posicionamento do pensamento social brasileiro face ao papel da educação na diminuição da desigualdade e da pobreza, bem como no aumento da competitividade e produtividade da economia.

No capítulo 2 analisarei o clássico de Langoni, *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil*, dando ênfase aos aspectos que pontuam a educação como elemento principal do aumento de nossa desigualdade entre os anos 1960 e 1970. De especial interesse será sua precoce defesa de que a transferência de recursos para os mais pobres, condicionada à frequência escolar, seria fundamental, uma vez que com o crescimento econômico cresce o incentivo às famílias pobres de colocar os filhos precocemente no mercado de trabalho, reproduzindo na geração dos filhos a baixa escolaridade dos pais.

O capítulo 3 tratará da receptividade ao livro de Langoni no Brasil dos anos 1970, sendo contextualizado o ambiente político e acadêmico em que vivíamos, em meio a um regime autoritário. As discussões que surgiram em função das conclusões de Langoni serão abordadas, e veremos como os defensores da Teoria do Capital Humano analisam as resistências àquelas ideias. Finalmente, trataremos da narrativa de desenvolvimentistas quanto à forma em que se deu o conflito distributivo após a implantação do regime autoritário.

No capítulo 4 analisarei os principais trabalhos de representantes do pensamento econômico brasileiro que ajudaram a difundir as ideias de Langoni e a Teoria do Capital Humano no Brasil a partir dos anos 1990, contribuindo também para a implantação de programas de combate à pobreza com condicionamento da transferência à frequência nas escolas. Aqui veremos o resgate das ideias de Langoni através de alguns pesquisadores da PUC-Rio e FGV-Rio. Além disso, veremos como os representantes do pensamento desenvolvimentista incorporaram conceitos oriundos da Teoria do Capital Humano. Finalmente, ainda que de forma muito preliminar, analisaremos a hipótese de que a sociedade passou a valorizar a educação como um fator fundamental para a mobilidade social.

O quinto capítulo fará inicialmente um histórico do desenvolvimento dos direitos sociais no Brasil desde 1930. Em seguida serão abordadas as questões referentes à presença ou ausência das condicionalidades como fator de escolha dos beneficiários dos programas. Serão estudados os primeiros programas de transferência de renda no Brasil e a implantação de seu formato atual, o Bolsa Família, programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em

situação de pobreza e de extrema pobreza e que tem como objetivos reduzir a pobreza no Brasil, especialmente a pobreza extrema e interromper o ciclo intergeracional de reprodução da pobreza.

No capítulo 6, finalmente, exporei minhas conclusões.